



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS**  
AV. FRANCISCO VIEIRA MARTINS, 400 - Bairro PALMEIRAS - CEP 35430225 - Ponte Nova - MG

**ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**  
**"ELEIÇÕES"**

**SEI nº 0000042-38.2026.6.13.8224**

**Cartório Eleitoral da 224ª Zona Eleitoral de ORATÓRIOS/MG**

**Acordo de Cooperação Técnica nº 02/2026 - TREMG**

**ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS E O MUNICÍPIO DE ORATÓRIOS, NA FORMA ABAIXO:**

A **UNIÃO**, por Intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS**, Órgão do Poder Judiciário da União, CNPJ nº 05.940.740/0001-21, com sede na Av. Prudente de Moraes, nº 100, Bairro Cidade Jardim, em Belo Horizonte/MG, doravante denominado **TRE-MG**, neste ato representado por Sua Excelência o Senhor Juiz Eleitoral da 224ª Zona Eleitoral de Ponte Nova/MG, Dr. Guilherme Barros Dominato, de acordo com a delegação de competência contida no art. 1º, da Portaria nº176, de 09, de junho de 2026, da Presidência deste Tribunal, e do outro lado o município de Oratórios, CNPJ nº 01.616.836/0001-88, com sede em Oratórios, na R. Tabajara, 297 - Centro, doravante denominado **MUNICÍPIO**, neste ato representado por seu Prefeito, Senhor Carlos José de Oliveira resolvem celebrar o presente Acordo de Cooperação Técnica, nos termos da Lei nº 14.113, de 1º de abril de 2021, mediante as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente acordo visa à cooperação técnico-administrativa a ser prestada pelo **MUNICÍPIO DE ORATÓRIOS** ao **TRE-MG**, em atividades de realização das Eleições de 2026.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA COOPERAÇÃO**

O **MUNICÍPIO DE ORATÓRIOS** arcará com as obrigações previstas nos itens de número I a VI abaixo, de acordo com a requisição do Juiz Eleitoral:

- I. ceder veículos, motoristas e combustível para convocação de mesários, quando frustrada via correio, atendimento itinerante de eleitoras(es), vistoria de locais de votação e realização de outros serviços externos da Justiça Eleitoral, principalmente na Zona Rural;
- II. ceder veículos, motoristas e combustível para transporte das urnas eletrônicas por ocasião da realização do pleito, no primeiro turno e, se houver, no segundo, de acordo com a programação da zona eleitoral de envio dos materiais destinados à votação;
- III. disponibilizar responsáveis técnicos (eletricista e bombeiro hidráulico) para vistoria dos locais de votação, bem como materiais para eventual reparo, devendo ficar em regime de plantão no primeiro turno e, se houver, no segundo turno do pleito;
- IV. ceder espaço físico para treinamento dos profissionais de apoio às eleições, mesários, Junta Apuradora, bem como para reuniões com partidos e candidatos e para outros fins relacionados às Eleições de 2026;
- V. fornecer aparelhos audiovisuais para treinamentos e reuniões referentes às Eleições de 2026;
- VI. fornecer serviço de limpeza na entrada e imediações dos locais de votação no dia do primeiro turno e, se houver, no dia do segundo turno, antes do pleito;

**Parágrafo Primeiro.** As despesas com conservação e manutenção do veículo, bem como aquelas referentes a motoristas, são responsabilidade do cedente.

**Parágrafo Segundo:** É vedada a cessão de pessoas, inclusive a prevista no art. 94-A, II, da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 e ao art. 12 da Resolução TSE 23.523, de 27 de junho de 2017, por meio de Acordo de Cooperação Técnica.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA**

O prazo de vigência deste Acordo de Cooperação Técnica será a partir da data de sua publicação até 31 de dezembro de 2026.

**CLÁUSULA QUARTA – DA EXTINÇÃO**

Faculta-se aos partícipes, a seu exclusivo critério e a salvo de multa ou sanção, dar por findo o presente Acordo de Cooperação Técnica a qualquer momento, devendo o partícipe interessado notificar por escrito o outro, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

**Parágrafo Único.** Na hipótese de extinção deste acordo, os partícipes obrigam-se a cumprir todos os compromissos e obrigações pendentes.

**CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR**

A celebração do presente Acordo de Cooperação Técnica não acarretará despesas diretas aos partícipes, salvo aquelas decorrentes do cumprimento das obrigações estabelecidas na cláusula segunda.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Os partícipes reconhecem a importância da proteção de dados pessoais e comprometem-se a tratar todos os dados pessoais obtidos, armazenados, tratados ou compartilhados em virtude da execução deste Acordo de Cooperação Técnica em estrita conformidade com a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD –, e legislação aplicável à proteção de dados e privacidade.

**Parágrafo Primeiro.** Os partícipes comprometem-se a:

- I. tratar os dados pessoais exclusivamente para os fins estabelecidos neste Acordo de Cooperação Técnica;
- II. implementar medidas de segurança técnicas e administrativas para proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento inadequado ou ilícito;
- III. garantir a confidencialidade dos dados pessoais tratados e o acesso somente a pessoas autorizadas, para a execução deste Acordo de Cooperação Técnica;
- IV. assegurar a transparência e o direito de informação às(aos) titulares dos dados, fornecendo todas as informações necessárias sobre o tratamento de seus dados pessoais de maneira clara, precisa e acessível.

**Parágrafo Segundo.** Qualquer transferência de dados pessoais entre os partícipes ou para terceiros, quando necessária à execução deste Acordo de Cooperação Técnica, deverá ser realizada em conformidade com a LGPD, garantindo-se a proteção dos dados transferidos.

**Parágrafo Terceiro.** Os partícipes asseguram o respeito aos direitos das(dos) titulares dos dados, conforme previsto na LGPD.

**Parágrafo Quarto.** Em caso de qualquer incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante às(aos) titulares dos dados, os partícipes comprometem-se a comunicar uma à outra, em até 24 (vinte e quatro) horas, a contar da data da ciência do ocorrido, sem prejuízo da comunicação às autoridades competentes, conforme exigido pela LGPD, e a tomar todas as medidas necessárias para a mitigação dos efeitos do incidente, nos termos do art. 48 da LGPD.

**Parágrafo Quinto.** Os partícipes comprometem-se a manter registros completos e detalhados de todas as atividades de tratamento de dados pessoais realizadas no âmbito deste Acordo de Cooperação Técnica e a disponibilizá-los para auditoria pelas autoridades competentes, quando solicitado.

**Parágrafo Sexto.** As obrigações relativas ao tratamento de dados pessoais previstas nesta cláusula permanecerão vigentes após a extinção ou conclusão deste Acordo de Cooperação Técnica, pelo período necessário para a preservação de direitos ou conforme exigido pela legislação aplicável.

**Parágrafo Sétimo.** Os partícipes deverão cumprir e fazer cumprir o disposto na Resolução TSE nº 23.650, de 9 de setembro de 2021, que trata da Política Geral de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais no âmbito da Justiça Eleitoral, e na Resolução TSE nº 23.656, de 7 de outubro de 2021, que dispõe sobre o acesso a dados pessoais constantes dos sistemas informatizados da Justiça Eleitoral, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

**Parágrafo Oitavo.** Cada partícipe será responsável pelos prejuízos que ocasionar às(aos) titulares dos dados, além de arcar com eventuais multas administrativas decorrentes do descumprimento da LGPD.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

O TRE-MG publicará o extrato do presente Acordo de Cooperação Técnica no Diário Oficial da União, no prazo de até 20 (vinte) dias, a contar de sua assinatura, conforme art. 10 da Portaria SEGES/MGI nº 3.506, de 08 de maio de 2025.

**Parágrafo Único.** Os partícipes publicarão, nos sítios eletrônicos oficiais, o inteiro teor do acordo celebrado.

#### CLÁUSULA OITAVA – DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente Acordo de Cooperação Técnica é celebrado com fundamento no art. 184 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Presidencial nº 11.531, de 16 de maio de 2023 e na Portaria nº 103, de 13 de junho de 2025, da Presidência.

#### CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**I. Os partícipes garantem e declaram mutuamente que:**

a) as atividades referentes ao Acordo de Cooperação Técnica ora celebrado serão conduzidas de forma ética, obedecendo aos mais rigorosos princípios de integridade e da boa-fé;

b) valorizam a diversidade e repudiam toda e qualquer forma de preconceito e assédio, comprometendo-se a não praticar qualquer forma de discriminação ou constrangimento, sejam elas relacionadas a cor, raça, sexo, orientação sexual, língua, religião, opinião política, nacionalidade ou origem social;

II. os partícipes poderão, a qualquer tempo e de comum acordo, modificar este Acordo de Cooperação Técnica através de Termo Aditivo, mediante prévia e expressa comunicação, observando-se a forma legal;

III. para acompanhar o desenvolvimento do presente acordo, o MUNICÍPIO e o TRE-MG indicam, respectivamente como seus representantes o Prefeito e Sandra Carolina Marques de Oliveira (chefe de cartório da 224ª ZE de Oratórios), ficando acordado que todas as comunicações entre os signatários deverão ser formalmente encaminhadas aos representantes indicados.


#### CLÁUSULA DEZ – DO FORO

Conforme o disposto no inciso I do art. 109 da Constituição Federal e no § 1º do art. 92 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o Foro da Seção Judiciária de Minas Gerais será o competente para dirimir questões resultantes do presente acordo.

E, por estarem ajustados e acordados, os partícipes assinam o presente Acordo de Cooperação Técnica.

Ponte Nova, 18 de junho de 2026.

**GUILHERME BARROS DOMINATO**  
Juiz Eleitoral da 224ª ZE de Ponte Nova

  
**MUNICÍPIO DE ORATÓRIOS**  
**CARLOS JOSÉ DE OLIVEIRA**  
Prefeito

**ANEXO - PLANO DE TRABALHO**

ITEM	OBRIGAÇÕES	OBJETIVO	LOCAL	
1	CESSÃO DE VEÍCULOS ABASTECIDOS COM MOTORISTA (VEÍCULOS DE PASSEIO)	TRANSPORTAR SERVIDORES PARA VISTORIA EM LOCAIS DE VOTAÇÃO, CONVOCAÇÃO DE MESÁRIOS E OUTRAS ATIVIDADES DE EXECUÇÃO DO PLEITO	CARTÓRIO ELEITORAL, TREINAMENTO DE MESÁRIOS, LOCAIS DE VOTAÇÃO E DEMAIS LOCAIS CORRELATOS	TRANSPORTE DE SERVIDORES DO MUNICÍPIO CONFORME
2	CESSÃO DE VEÍCULOS ABASTECIDOS COM MOTORISTA (ÔNIBUS E/OU VANS)	TRANSPORTAR URNAS ELETRÔNICAS E MATERIAL DA ELEIÇÃO - 1º TURNO E 2º TURNO, SE HOVER	CARTÓRIO ELEITORAL E LOCAIS DE VOTAÇÃO	DISTRIBUIÇÃO NA VÉSPERA DOS MATERIAIS POR VOTO
3	CESSÃO DE VEÍCULOS ABASTECIDOS E COM MOTORISTA (VEÍCULOS DE PASSEIO)	TRANSPORTAR JUÍZES ELEITORAIS E SERVIDORES PARA ATENDIMENTO DE OCORRÊNCIAS E FISCALIZAÇÃO NAS SEÇÕES NA DATA DO 1º TURNO E 2º TURNO, SE HOVER	CARTÓRIO ELEITORAL E LOCAIS DE VOTAÇÃO	OS VEÍCULOS COM MOTORISTA DAS 06H00 ATÉ O TÉRMINO DA ELEIÇÃO E SERVIDORES
4	FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DE LOGRADOUROS	FORNECER SERVIÇO DE LIMPEZA DE MATERIAL DE CAMPANHA ELEITORAL DERRAMADOS	LOCAIS DE VOTAÇÃO	LIMPEZA DA ENTRADA E SERVIÇOS
5	DISPONIBILIZAÇÃO DE RESPONSÁVEIS TÉCNICOS E MATERIAL DE REPARO	DISPONIBILIZAR ELETRICISTA, BOMBEIRO HIDRÁULICO E MATERIAL PARA REPAROS, NOS LOCAIS DE VOTAÇÃO, DE PLANTÃO DURANTE O 1º TURNO E 2º TURNO, SE HOVER	LOCAIS DE VOTAÇÃO	REPARO DE TOMADAS ELÉTRICAS

**AS DATAS E HORÁRIOS DA EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES SERÃO ESTABELECIDAS POR MEIO DE CONTATO PRÉVIO ENTRE OS SIGNATÁRIOS DO PRESENTE AJUSTE.**



Documento assinado eletronicamente por GUILHERME BARROS DOMINATO, Juiz(a) Eleitoral, em 19/06/2026, às 16:06, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.tre-mg.jus.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&acao\\_origem=documento\\_conferir&lang=pt\\_BR&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.tre-mg.jus.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador 7537900 e o código CRC E7F6621F.